

RECURSO ESPECIAL Nº 1.693.684 - SP (2017/0190432-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : LUIZ FUMIO MATSUMOTO
RECORRENTE : NORMA AKEMI OTANI MATSUMOTO
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412
RECORRIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : ALEXANDRE ROMERO DA MOTA E OUTRO(S) - SP158697
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : ALEXANDRE ROMERO DA MOTA E OUTRO(S) - SP158697
GERSON GARCIA CERVANTES - SP146169
ISABELLE RIBEIRO GASPAR - SP336087
AGRAVADO : LUIZ FUMIO MATSUMOTO
AGRAVADO : NORMA AKEMI OTANI MATSUMOTO
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412
INTERES. : BANCO NOSSA CAIXA S/A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo, manejado por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., contra decisão que deixou de admitir recurso especial que interpusera.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da ausência de demonstração de qualquer efetiva ofensa aos dispositivos legais arrolados em suas razões (e-STJ fl. 720).

Frisou, ainda, a Corte estadual que *"a simples referência aos dispositivos legais desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada*

ofensa à lei federal não é suficiente para o conhecimento do recurso especial."
(e-STJ fl. 720)

A parte agravante, no entanto, limitou-se a **repisar as razões do apelo nobre** e sequer trouxe qualquer impugnação relativa ao citado fundamento.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

"Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC/1973).

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973).

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 906.849/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 16/09/2016) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida pelo Tribunal de origem. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada enseja o não conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 821.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE,

TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016) - g.n.

Inviável, pois, a análise da pretensão da parte agravante.

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

